

ENTREVISTA

A entrevista realizada pelas organizadoras do Dossiê com a historiadora Iris Kantor, professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo, foi pensada a partir das contribuições da pesquisadora para a renovação da historiografia nacional no sentido de instrumentalizar as disputas pela propriedade da terra a partir da aproximação entre a História e a Geografia. Fundamentalmente, através da utilização dos mapas históricos, Iris Kantor sublinha a função do social das pesquisas históricas, capazes de promover uma determinante intervenção social nos conflitos de terras no Brasil.

Iris Kantor (Departamento de História – 21 de maio de 2017)

OT - Em primeiro lugar, nós gostaríamos que você falasse um pouco sobre a sua opção pela História.

Iris Kantor - O meu interesse por história e geografia devem estar ancorados na infância, no contato com o meu pai que gostava de me fazer perguntas difíceis. Quando entrei no ginásio, lembro de uma discussão à mesa do jantar sobre as pirâmides do Egito: como, quando e por quê elas foram construídas daquela maneira, e tão diferentes das pirâmides mesoamericanas. Aos 12 anos, eu já tinha me decidido, só não sabia bem se pela história, por arqueologia ou pela sociologia. Quando entrei na adolescência, a economia e o direito também me pareceram interessantes, e cheguei a fazer o vestibular do curso de Economia na PUC-SP.

OT - Porque você escolheu a USP para realizar toda a sua trajetória acadêmica e quais foram suas maiores influências no processo de sua formação como historiadora?

IK - Passei nos vestibulares dos cursos de Economia da PUC e de História na USP em 1982, mas desisti de fazer a matrícula na Economia. A situação familiar tornara-se

difícil depois do falecimento do meu pai em 1981, e dependíamos financeiramente da minha avó, proprietária de uma micro- boutique no bairro de Pinheiros em São Paulo. Tanto assim que comecei a trabalhar (com carteira de trabalho assinada) já no primeiro ano da graduação, dando aulas de reforço ou substituindo professores ausentes. Enfim, o fato da USP ser uma universidade pública e gratuita pesou muito, mas desde o início me envolvi totalmente com o curso de História, e de formas muito variadas, participando do centro acadêmico, dos grupos de leitura, de conferências abertas, assistindo defesas de tese e fazendo Iniciação à Pesquisa.

Desde os primeiros anos, interessei-me pela carreira de pesquisadora, mas sempre mantive meu salário como professora do ensino fundamental e médio. Quando completei o 4º semestre, tive a sorte de ser convidada pelo professor Fernando Novais para integrar seu grupo de Iniciação à Pesquisa Científica de história da ciência no Brasil colonial em parceria um professor da Unicamp, o prof. Rogerio Cerqueira Leite, se bem me recordo. No entanto, o projeto não obteve o financiamento desejado, e o grupo se desfez.. Mesmo assim, o professor Fernando Novais aceitou orientar-me individualmente e, desde então, passamos a nos reunir regularmente. Foram anos muito interessantes, na primeira meia hora, conversávamos sobre a bibliografia que eu havia levantado previamente e definíamos uma estratégia análise e classificação das obras; na segunda parte, finalizava a conversa invariavelmente com alguma anedota divertida sobre a vida acadêmica. Cada conversa demorava cerca de uma hora, em muitas ocasiões ele juntava vários orientandos ao mesmo tempo. Naquele momento, lhe propus estudar o conceito de nação “no pensamento do padre Antonio Vieira, e ele me orientou a procurar cursos sobre pensadores do século XVII no Departamento de Filosofia. Essa pesquisa se desenvolveu até sua aposentadoria em 1984, quando ele foi lecionar na Unicamp. Então, resolvi mudar de tema, e após cursar a disciplina de Brasil Colonial com a profa. Maria Odila Silva Dias, lhe propus uma investigação sobre a ostentação do luxo nas festas públicas coloniais muito inspirada nos trabalhos de Michel Vovelle. De modo que durante toda graduação tive a oportunidade de observar, discutir e partilhar minhas inquietações com esses grandes mestres. Muito diferentes entre si, mas amplamente comprometidos com uma visão crítica da historiografia brasileira, e empenhados na formação das futuras gerações de historiadores. Novais mais atento à clareza dos argumentos e rigor conceitual; e a professora Maria Odila

mais intuitiva, estimulando o mergulho na bibliografia estrangeira e o garimpo das fontes alternativas ou menos usuais.

OT - Sua tese de doutorado é um muito citada, por discutir um tema pouco frequentado pela historiografia. Ao que você atribui a originalidade de sua análise?

IK - Será ? De qualquer forma, acho que tive a sorte de ter bons leitores e bons interlocutores, o que me apazigua. O doutorado foi defendido em agosto de 2002, coincidindo com uma série de outros trabalhos que também valorizavam a cultura histórica e historiográfica na época moderna, seja na Europa, como em contextos coloniais ou ibero-americanos. Importante também foi a bolsa de 4 meses que recebi da Universidade Católica de Louvain para desenvolver o doutorado. Ali, tive a chance de frequentar bibliotecas verdadeiramente babélicas e pude conversar com especialistas, como os professores Eddy Stols, Werner Thomas e Joan Veberckmoes. Foi nesse momento que me dei conta da relevância das dissertações históricas produzidas nas academias brasílicas do século das Luzes. A tese propunha que os eruditos luso-americanos conheciam e manipularam as regras do método da escrita histórica praticadas nas academias eruditas europeias. Além da análise textual, tentei reconstituir o perfil sociológico das agremiações, investigando biografia dos eruditos, seus hábitos de classe, vínculos com a metrópole e expectativas de futuro. O trabalho foi publicado em 2004, e embora eu tenha sido convidada para uma série de eventos, especialmente na UFOP, na UFBA, FIOCRUZ, no ICS (Lisboa) e na UNL (Lisboa), não cheguei a ler nenhuma resenha crítica em periódicos científicos. De toda maneira, meu trabalho se inscreve numa tendência mais geral de renovação da história da historiografia a partir da “virada linguística”. No meu caso, procurei conectar os principais dilemas da historiografia colonial com as contingências que marcaram a elaboração de uma interpretação singular do tempo histórico, assim como da geografia natural da América portuguesa. Estudei fundamentalmente como esses homens conceberam o seu lugar na orbita do império português e como procuraram reagir às políticas pombalinas de elevação do estatuto civil dos indígenas. O ponto mais polêmico, ainda hoje, diz respeito ao modo como os eruditos traduziram localmente a cultura das Luzes ou municiam as polêmicas na Europa ilustrada.

OT - Hoje em dia você é mais conhecida pela sua ênfase em aproximar a História e a Geografia, a partir da análise de mapas históricos. Porque o interesse por um tema que havia sido quase que abandonado pelos historiadores, principalmente após a sucesso da História Cultural no país?

IK - Sua pergunta é crucial, como explicar o afastamento recíproco entre historiadores e geógrafos, teria sido um resultado da excessiva especialização promovida pelos cursos de graduação e pós nos últimos 30 anos ? Curioso, porque até 1957, os cursos de História e Geografia n USP integravam um único bacharelado. Ainda mais estranho, quando consideramos que essa separação renega a tradição uspiana, estabelecida por Fernand Braudel em 1935. Mas se olharmos para historia da historiografia brasileira, para criação dos Institutos Histórico Geograficos, a geografia e a historia sempre estiveram irmanadas. Arriscaria afirmar que há uma tradição histórico geográfica propriamente ibérica que remonta ao século XVI e ao processo de expansão marítima e comercial. Não será exagero afirmar que as descrições geográficas e as memórias históricas tornaram possível a administração desses impérios de dimensões pluricontinentais. Mas, de fato, a cisão entre esses campos disciplinares criou uma espécie de descompasso conceitual e linguístico. Nós, historiadores, desconhecemos a história do pensamento geográfico, e lidamos com a “geografia” de maneira positivista. Os geógrafos, por sua vez, também se apropriam das interpretações historiográficas de maneira ingênua, desconsiderando as controvérsias heurísticas e meta-historiográficas. Se os historiadores deixaram de pensar espacialmente, os geógrafos tenderam a congelar o tempo histórico. Um dos meus desafios consiste, justamente, em compreender como as categorias de tempo e de espaço foram partilhadas ou rejeitadas pelos diferentes estamentos e grupos sociais em contextos de litigio e conflito.

OT - Você é professora da disciplina de História Ibérica. Esta opção te ajuda a repensar a historiografia Nacional? Como?

IK - Sim, estou completamente convencida da necessidade de ampliar ainda mais os estudos de história ibérica entre nós por diferentes razões. Porque ela nos permite dialogar com a história global ou, mais especificamente, com a história dos impérios

modernos e contemporâneos. Da mesma forma, o protagonismo no tráfico de escravos nos legou uma ampla documentação que está em língua portuguesa e, assim, podemos ter acesso direto às fontes primárias. Os historiadores brasileiros do tráfico e da África portuguesa tem chamado atenção para essa “vantagem comparativa” em relação aos colegas anglo-saxões e francófonos. Por fim, a história ibérica nós oferece um campo fundamental para entendermos a unidade e a diversidade no interior dos impérios português e espanhol. E, como não são as perolas que fazem o colar, mas o fio: o estudo das estruturas ibéricas da colonização nos oferece um ângulo de observação da realidade colonial imprescindível.

OT - Em que sentido sua obra nos ajuda a pensar na renovação da chamada história social da propriedade - ou se desejar - numa história social do território?

IK - Não saberia dizer, acho que é muito cedo, mas obviamente gostaria que a minha pesquisa pudesse contribuir de alguma forma à história social da propriedade da terra, na medida em que as fontes cartográficas dão a ver os processos de apropriação e valorização da propriedade fundiária extremamente violentos. A cartografia e as memórias topográficas produzidas durante o período colonial serviram como documentação comprobatória para obtenção de privilégios reais (mercês) ou como instrumentos de jurisdicionalização dos conflitos de terra. A recente barbárie, ocorrida no dia 30 de abril último, cometida contra os índios da etnia Gamela em Viana (Maranhão), ilustra bem a persistente e trágica vulnerabilidade das iniciativas de demarcação dos territórios indígenas em nosso país. No recente atentado, os fazendeiros deceparam as mãos de 13 gamelas. Dois dias depois, o deputado Zé Geraldo (PT- PA), apresentou aos parlamentares um ofício da autoridade metropolitana destinado ao governador e capitão general do Maranhão e Piauí, datado de 28 de outubro de 1784, em que se atribui uma sesmaria à população de índios gamelas nas vizinhanças da vila de Viana; comprovando-se, assim, a antiguidade do assentamento Gamela na região. Entretanto, mal grado a existência de farta documentação nos arquivos coloniais (especialmente, a partir de 1750); no atual contexto de crise institucional, o direito histórico deixa de ter valia. Na América hispânica, por exemplo, o uso da documentação comprobatória (das propriedades concedidas no período colonial antes da instauração da noção de propriedade privada) em demanda judiciais tem gerado polêmicas acaloradas

entre os historiadores. Também nesse caso, o direito vem sendo seletivamente aplicado ou, se preferirmos, seletivamente apropriado.